


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE IBATÉ
FORO DE IBATÉ
VARA ÚNICA
RUA ALBANO BUZO, 367, Ibaté - SP - CEP 14815-000
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min
SENTENÇA

Processo Digital nº: **1000445-25.2016.8.26.0233**
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Indenização por Dano Moral**
 Requerente: **Josefa Ferreira de Lima da Silva**
 Requerido: **Banco do Brasil S/A**

Prioridade Idoso
 Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Eduardo Cebrian Araújo Reis**

Vistos.

Trata-se de ação declaratória de inexistência de débito com pedido de repetição e de indenização por danos morais movida por JOSEFA FERREIRA DE LIMA DA SILVA em face de BANCO DO BRASIL S.A. Afirma que a instituição financeira promove descontos nos depósitos realizados em sua conta a título de benefício previdenciário, asseverando que não celebrou contrato de empréstimo que autorizasse o procedimento. Postula, em consequência, a cessação dos descontos e a devolução em dobro do montante cobrado indevidamente. Acrescenta que a conduta do réu ocasionou-lhe dor moral, postulando a condenação do requerido ao pagamento de indenização em valor a ser arbitrado pelo Juízo.

Tutela de urgência deferida a fls. 21/22.

O requerido apresentou resposta às fls. 29/49 argumentando que os descontos são regulares, porquanto decorrentes de dívida existente, e sustentando que a autora não sofreu prejuízo extrapatrimonial, bem assim que não faz jus à repetição em dobro.

Infrutífera a tentativa de conciliar as partes (fls. 67).

Houve réplica (fls. 71/72).

É o relatório.
 DECIDO.

A ação procede em parte.

Autora e réu enquadram-se nos conceitos de consumidor e fornecedor a que se referem os artigos 2º e 3º da Lei 8.078/90.

Além disso, de acordo com as regras ordinárias de experiência, verifica-se a menor aptidão da requerente para a produção das provas necessárias à efetivação de seu direito.

Presente o requisito da hipossuficiência técnica, impõe-se a inversão do ônus da prova, com fundamento no artigo 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE IBATÉ

FORO DE IBATÉ

VARA ÚNICA

RUA ALBANO BUZO, 367, Ibaté - SP - CEP 14815-000

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Está caracterizada a inexigibilidade do débito reclamado, tendo em vista a ausência de prova documental da contratação, apresentando-se insuficiente para essa finalidade o sistema de controle interno da instituição financeira.

Em consequência, a decisão antecipatória deverá ser confirmada, determinando-se a devolução dos valores descontados anteriormente à efetivação da medida.

Os valores serão restituídos em dobro por se cuidar da hipótese prevista no artigo 42, parágrafo único, da Lei 8.078/90.

De outra parte, o aborrecimento por que passou a requerente não passou disso, ou seja, mero aborrecimento, não havendo que se falar em humilhação, constrangimento ou dor moral a ser indenizada.

Saliente-se que pequenas ofensas e percalços não geram o dever de indenizar. No caso, não houve a perturbação ou humilhação protegidas legalmente e aptas a gerar indenização.

Já decidiu o Superior Tribunal de Justiça que *“só deve ser reputado como dano moral a dor, vexame, sofrimento ou humilhação que, fugindo à normalidade, interfira intensamente ao comportamento psicológico do indivíduo, causando-lhe aflições, angústias e desequilíbrio em seu bem-estar. Mero dissabor, aborrecimento, mágoa, irritação ou sensibilidade exacerbada estão fora da órbita do dano moral”* (REsp nº 215.666-RJ, 4ª T., Rel. Min. César Asfor Rocha – grifo nosso).

Desse modo, sob pena de banalização, não entendo configurado, na hipótese, dano moral indenizável.

Posto isso, **JULGO PROCEDENTES** os pedidos declaratório e de restituição para declarar a inexistência do débito reclamado, convolvando em definitiva a tutela de urgência, e para determinar a devolução em dobro do montante descontado indevidamente. O réu arcará com honorários advocatícios fixados, ante a modicidade da condenação, em R\$ 400,00. De outra parte, **JULGO IMPROCEDENTE** o pleito indenizatório, condenando a autora a pagar ao requerido honorários advocatícios de R\$ 400,00, observada a concessão da AJG. Cada parte arcará com as custas processuais a que tenha dado causa.

Interposta apelação, intime-se o recorrido para contrarrazões e, na sequência, remetam-se os autos à Superior Instância, com as homenagens do Juízo.

P.I. Oportunamente, arquivem-se.

Ibaté, 11 de novembro de 2016.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA